



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PERNAMBUCO A PARTIR DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DADOS DE NATUREZA SOCIORREGIONAL

Edmilson José de Sá

Centro de Ensino Superior de Arcoverde

edjm70@gmail.com

Resumo

A descrição linguística nos veios fonéticos, semântico-lexicais e morfossintáticos é essencial para que se tenha um retrato fiel da língua portuguesa falada e escrita no Brasil. Quando são estudados os falares regionais, especialmente nos estados nordestinos, e concernente às discussões sobre Dialetoлогия e Sociolinguística, brota sempre a tese que busca refletir sobre o tipo de variação encontrada, se essa variação é regional, dialetal ou se ocorre por interferência de elementos sociais. Este trabalho, então, versa sobre a variação linguística de natureza regional e sociocultural em Pernambuco e como ela se relaciona com o ensino de língua materna. Por isso, propõe-se uma reflexão sobre os conceitos básicos das variações regional e social, a partir de Chambers & Trudgill (1992) e Labov (1972) e a aplicação dessas variações no Ensino de Língua Portuguesa (AGUILERA et al, 2004; CARDOSO & MOTA, 2006), com a exemplificação de ocorrências registradas numa pesquisa a moradores da zona urbana de vinte municípios pernambucanos distribuídos entre os quatro cantos do Estado e escolhidos para a organização do *corpus* do seu *Atlas Linguístico*, segundo a metodologia predisposta para esse fim, que delimita informantes com escolaridade mínima. Os alunos de ensino fundamental das séries iniciais que participaram da pesquisa para a organização do *corpus* contribuíram para o registro de ocorrências fonéticas bastante comuns no Estado, a exemplo da abertura das vogais /e/ e /o/ e do alçamento das vogais /e/ e /o/, o que permitirá ao professor a busca por explicações de tais fenômenos à luz das teorias mais recentes.

Palavras-Chave. Variação Linguística, Variação Regional, Variação Sociocultural, Ensino da Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Via de regra, o método utilizado para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil não considera, particularmente, as variedades linguísticas, sejam de caráter regional, sejam de caráter social.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O que se percebe é que tais variações são consideradas como erros do aluno, sendo, portanto, alvos de preconceitos e estigmas, fato que inibe a sua utilização em sala e, até mesmo, a omissão das mesmas nos livros didáticos, o que parece refletir no desconhecimento do docente quanto à importância da variação linguística para o ensino-aprendizagem da língua materna.

Deste modo, teóricos têm mostrado em seus estudos cada vez mais avançados o quanto útil o conhecimento da variação pode auxiliar a aprofundar as descrições e análises linguísticas. Se ocorrer o contrário, o ensino da Língua Portuguesa tende se tornar mais complicado e, pelo *continuum*, mais atrasado.

Quando se fala na já pública “crise do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa”, algumas razões vêm à tona para que ela ocorra, dentre as quais a simples memorização de itens gramaticais. Para contornar essa ‘crise’, torna-se conveniente o uso de uma metodologia apropriada de modo a respeitar o padrão que o aluno detém como oriundo de sua comunidade de fala, mas, ao mesmo tempo, conscientizá-lo da melhor forma de entender a variedade culta da língua materna.

No que cerne a estudos dialetais metodologicamente guiados pela Geolinguística, ainda não há muito em Pernambuco, a despeito de pesquisas já realizadas na capital do Estado para o *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) e de dois atlas de pequeno domínio como o Atlas Linguístico da Zona da Mata Norte e o Atlas Linguístico de Buíque. Tais trabalhos já mostram o que ocorre no Estado em termos linguísticos.

Contudo, sente-se, ainda, uma carência de análise e divulgação desses trabalhos, aos quais se somariam análises comparativas com falares de outras regiões. Por isso, o estudo de falares regionais, com destaque para o pernambucano, respaldado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Dialectologia e Sociolinguística, seria um grande avanço nos estudos da diversidade linguística do Português falado no Brasil.

1 CONCEITOS BÁSICOS SOBRE A VARIAÇÃO REGIONAL E A SOCIAL



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Há muito tempo, estudos têm mostrado que as línguas variam sob diversas circunstâncias. Não obstante, só na década de sessenta, surge uma teoria desenvolvida a partir da proposta de Weinreich, Labov & Herzog [1968](2006). A teoria em questão passou a ser chamada de *Teoria da Variação Linguística*, como pressuposto de análise da *Sociolinguística*, levando em conta parâmetros sociais e linguísticos como modalizadores da sua diversidade, como afirma Silva-Corvalán (1989, p. 68):

A língua é uma forma de comportamento social. Como tal, criada e moldada por seres humanos, desenvolve diferenciações internas que correspondem aos parâmetros que caracterizam os diversos subgrupos que constituem o sistema social. A correlação variacional entre linguagem e sociedade tinha sido reconhecida desde sempre.

Diante do exposto, percebe-se que as relações entre os falantes e as características sociais como sexo, tipificação etária, etnia, escolaridade e nível socioeconômico parecem ser refletidas sistematicamente em comportamentos linguísticos diferenciados.

Quando se fala em *sexo*, logo se pensa na sinonímia de *gênero*. Segundo encontrado em Milroy & Gordon (2003), enquanto o primeiro termo tende a se referir a um atributo biológico dos indivíduos, o segundo é caracterizado como nível social. Porém, a ideia é que se analise a linguagem a partir do *sexo* do falante, mas interprete-a a partir do *gênero*. Nessa perspectiva, pesquisas têm mostrado que a mulher é mais detentora da forma padrão como Labov (1972) exemplifica com os estudos de Gauchat (1905) e Fischer (1958).

Além do *sexo*, a *faixa etária* também tem se mostrado produtiva nas pesquisas de variação linguística, a partir da relação entre as variantes inovadoras ou conservadoras e os falantes que as produzem em sua fala espontânea. A esse respeito, Tarallo (1986, p. 65) argumenta que:

[...] a relação de estabilidade das variantes (a situação de contemporização) avultará, se a regra variável e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação. Se, por outro lado, o uso da variante mais



inovadora for mais frequente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, há uma situação de mudança em progresso.

Do ponto de vista da interferência adquirida pelo falante, a *escolaridade* tem sido reguladora do *prestígio*, uma vez que ela despenha papel decisivo no domínio das variantes cultas.

Labov (1972), ao citar seu trabalho realizado em Nova York na década de sessenta, expôs que os falantes pouco escolarizados preferiam construções da *linguagem não-padrão*, enquanto as *variantes cultas* foram mais recorrentes nos falantes escolarizados, o que, tradicionalmente, são prestigiadas na sociedade. Para Votre (2004, p. 51), essas formas:

[...] opõem-se aos falares das pessoas que não desfrutam de prestígio social e econômico, pois ocorrem em contextos mais formais, mas elitizados, entre interlocutores que se transformam em modelos e pontos de referência do bem falar e escrever. As formas socialmente prestigiadas são semente e fruto da literatura oficial, que as transforma em língua padrão.

Votre (*op cit*) ainda lembra que o modo de comunicação do falante desprestigiado econômica e socialmente tende a ser coletivamente caracterizado como estigmatizado, ou seja, trata-se de uma linguagem inferior em termos estéticos e informativos, pelos membros da comunidade discursiva.

Isso faz com que tal linguagem ocasione comentários irônicos ou rejeição na mesma comunidade a que pertence o falante, sendo, então, registrada como vício de linguagem ou erro, por não ser recorrente nas gramáticas escolares e dos manuais de descrição, estudo e ensino de língua.

Apesar dessa discriminação social, a linguagem mais conservadora tem sido bastante analisada nos trabalhos descritivos, pois reflete as construções mais espontâneas da população e instigam interpretações respaldadas tanto em fatores linguísticos, muitas vezes, associados à história da língua, como extralinguísticos, que têm regulado a variação empírica e tradicionalmente.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Fazendo uma comparação entre a variação regional e a variação social, algumas dúvidas pairam sobre cada uma delas, sobretudo nos níveis de início e término de cada uma e naquela que se sobressai em detrimento da outra.

Segundo encontrado em Hudson (1980, p. 43), os dialetólogos falam de dialeto social ou socioleto para se referir às diferenças não-regionais, pois “por causa desses fatores, um falante pode mostrar mais similaridades na sua linguagem com pessoas do mesmo grupo social, numa diferente área, do que com pessoas de diferentes grupos sociais na mesma área”.

Já na visão de Chambers & Trudgill (1998, p. 54), não pode haver dialeto social sem o regional, pois todos os falantes têm um background social, mas têm, também, uma localização regional, uma vez que “todos os dialetos são ao mesmo tempo regional e social, uma vez que todos os falantes têm uma experiência social bem como uma localização regional”.

2 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Considerando o papel da variação linguística de qualquer modalidade, alguns teóricos se posicionam indistintamente e não hesitam em tecer comentários sobre problemas voltados para o ensino da Língua Portuguesa. Monteiro (2000, p.9), por exemplo, ao tratar de uma das linhas de investigação descritiva da linguagem, menciona que a sociolinguística:

[...] tem sido uma área de ampla investigação nos últimos anos, resultados que se refletem não apenas nas descrições das línguas enquanto sistemas, mas também nas decisões políticas e educacionais exigidas pelas inúmeras questões que a diversidade linguística vem suscitando no mundo moderno.

O que se percebe é que o ensino de Língua Portuguesa no Brasil vem enfrentando os mesmos problemas já encontrados em outros países no que concerne ao ensino de sua língua materna. Deste modo, seja no Ensino Fundamental, seja no Ensino



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Médio, aqui se considera a ideologia do dom, da deficiência cultural e pouco se trata da ideologia cultural.

Em contrapartida, a despeito dos cursos de graduação e especialização que buscam a primazia de um ensino voltado para o respeito às diferenças, os docentes parecem não estar aptos à aceitação das variedades linguísticas utilizadas pelo aluno, enquanto produtos de seu conhecimento de mundo. Isso deve ao fato de essas variedades terem ligação com a sua realidade regional, social e contextual, o que remete à preservação do preconceito linguístico, que leva o aluno se sentir rejeitado pessoal e socialmente por conta da sua forma de expressão linguística.

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 busca resgatar as variedades dialetais e socioculturais, na iminência de uma compensação dos efeitos que a linguagem tida como desprestigiada surte nos alunos de determinada comunidade. Contudo, também se percebe que tais orientações não são seguidas à risca pelos professores do ensino básico.

A respeito da problemática da variação dialetal apreendida pelo aluno ao chegar à escola, Lemle (1978) lembra que a meta do aluno é saber alterar um dialeto a depender da necessidade e cabe ao professor se conscientizar das regras que esse dialeto possui e transmiti-las adequadamente a ele.

Tal perspectiva suscita a existência do multidialetarismo na sala de aula, ou seja, é o uso de diferentes variações ou dialetos a existirem na sala de aula. No dizer de Aragão (2010), o aluno é um caldeirão de “dialetos” (...) envolvendo, nessa mistura, os dialetos regionais, diatópicos, os sociais, diastráticos, nesses, os diageracionais, diagenéricos e estilísticos ou diafásicos.

A esse respeito, Bittencourt (2003, pág.10) reforça que “[...] a escola não consegue produzir sozinha a igualdade, quando a sociedade é desigual”. Por isso, algumas mudanças são essenciais e devem ser aplicadas dentro da maior brevidade, pois é necessário transformar mentalidades, respeitar a cultura e a linguagem do aluno de Ensino Fundamental e Ensino Médio e a incumbência disso cabe à universidade,



preparando adequadamente os corpos administrativo, docente e discente, a se juntarem à sociedade para o reconhecimento dessa nova visão de ensino de línguas.

3 APLICAÇÃO DA VARIAÇÃO REGIONAL AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A concepção de variação regional, conforme já mencionado, compete à dialetologia, que busca estabelecer relações entre modalidades do ensino da língua ou de várias línguas, seja pela identificação dos mesmos fatos, seja pelo confronto presença/ausência de fenômenos considerados em diversas áreas, como preconiza Cardoso (2006):

Se a intenção de localizar os fatos linguísticos nos espaços geopolíticos é uma constante na história dos estudos dialetais, a preocupação com as características sociais dos informantes e a sua relação com o uso que fazem da língua não tem passado à margem dos objetivos da Dialetologia e, em particular, da Geografia Linguística.

Já nas primeiras páginas, a matriz curricular do Ensino Médio procura apontar a heterogeneidade da língua e as funções que ela possui. No caso da variação fonética, por exemplo, verifica-se a sua influência na fala e na escrita dos alunos. Na prática, porém, a língua falada diverge da que é ouvida rotineiramente na mídia ou na sociedade, o que pode ser decorrente do fato de as línguas serem sistemas dinâmicos e extremamente sensíveis a fatores como a região geográfica, o sexo, a idade, a classe social dos falantes, além do grau de formalidade usado durante os atos de fala.

No entanto, a variação na língua tem gerado antagonismos acentuados na escola, uma vez que as classes sociais presentes seguem a visão estereotipada de se manterem historicamente ausentes de qualquer formação pedagógica. Nesse ínterim, a escola e, particularmente, o professor de língua materna talvez não tenha a consciência necessária de que os alunos não dominam um vocabulário melhor e também não entendem que sua



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

forma de expressão linguística advém de uma herança cultural do grupo social a que pertencem.

É fato que muitas pesquisas sobre o fracasso escolar, sobretudo nas localidades que não constituem grandes centros urbanos, demonstram que uma das dificuldades se constitui no âmbito da linguagem. O resultado, então, é a existência de preconceito por parte dos estabelecimentos de ensino e a desvalorização das diferenças dialetais. Isso ocorre exatamente pela imposição de uma variedade padrão imposta pela escola e pelo estigma do que é considerado não-padrão.

Assim, convém a escola expor durante a aula de Língua Portuguesa que a fala também surge em espaços distintos, momentos diferentes, conjuntura diversas e histórias de vida nada semelhantes, mas que desenvolvem falantes diferentes. Falar diferente, pois, não significa que se está falando errado.

O conhecimento da heterogeneidade da língua instiga, portanto, o respeito à fala do aluno, deixando-os livres para se expressarem em seu dialeto, sem, contudo, abster-se de conhecer a forma mais valorizada socialmente.

Sugere-se, portanto, que o professor enfatize as variedades encontradas como uma riqueza da língua falada. Na perspectiva *fonética*, pode-se partir para a maneira de pronunciar palavras do tipo “ocê num vai?”, “eu me alembro”, “cardeneta”, “pobrema”, “estrupe”, “mendingo”, “o passarinho avoou”.

O nível *morfológico* é responsável pela flexão das palavras, a exemplo do que se encontra em “manteu”, “cidadões”, “seje”, “esteje”, “ele precisa vim logo”, “menas gente”. Enquanto isso, no âmbito da *morfossintaxe*, que busca entender as relações dentro da oração, podem-se usar casos como “existe duas possibilidades”, “já chegou as encomenda”, “encontrei ele”, “pra mim fazer”, “pessoa que eu mais confio”, “o professor que a filha dele estudou comigo”, “por causa que” e no *plano léxico-semântico*, que se vale da ligação de palavras ao significado, tal como em bicha – fila, cacete – pãozinho, estendal – varal, mulher-a-dias – faxineira, demasia - troco.

Cardoso (2006) acredita na relevância de o professor compreender o quadro histórico-social do país e a necessidade do conhecimento sistemático e geral da



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

realidade linguística brasileiro e, no mesmo pensamento Aguilera et al. (p.19, 2004) considera necessário difundir um ensino adequado ao caráter pluridimensional do país, que exige, sem mais demora, um esforço coletivo na tentativa de concretizar estudos mais amplos que levem a esse conhecimento global.

4 A REALIDADE LINGUÍSTICA DO FALAR PERNAMBUCANO: ELEMENTOS CONCRETOS E INSINUATIVOS

Além do conhecimento de vocabulário, um dos elementos que mais contribuem para a construção do estigma no ensino de língua é a variação fonética. É, pois, através da fonética – um dos campos da microlinguística – que o aluno, ainda que desconheça o conceito e aplicação desse processo de descrição do som, se comunica, para depois partir para a leitura e a escrita. É papel do professor – e isso se percebe com grande facilidade – conhecer as características fonético-fonológicas da língua que ensina, para apresentar estratégias apropriadas a solucionar o problema das ‘flutuações’ na fala de seu aluno.

Saber que o fonema /m/ só pode ser aplicado na escrita antes de outro fonema de mesma característica fonética como /p/ e /b/, que são frontais, é um dos casos que precisam estar claros para o aluno. Outro aspecto da fonética que traz riscos na escrita é a questão dos *ditongos decrescentes* /ou/ e /ei/. Esses ditongos costumam ser reduzidos a um único som na fala e, com certa falta de atenção, acabam sendo levados para a escrita, fato comum em exemplos do tipo *açogue* que, normalmente, são escritos *açogue*. O aluno deve saber que elementos fonéticos com mesma classificação adquirem, na língua, uma tendência à eliminação do segundo segmento, como no exemplo de ‘açogue’ em que a vogal /o/ e a semivogal /u/ do ditongo decrescente são posteriores, quanto ao modo como se articulam na fala. Essa mesma justificativa pode ser dada à eliminação do /l/ na escrita de ‘último’. Quando o termo é falado, não é comum pronunciar a consoante na primeira sílaba, por essa ter traços semelhantes à vogal antecedente, o que resulta na eliminação da referida consoante.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Na pesquisa para o *Atlas Linguístico de Pernambuco*, foram feitos inquéritos com informantes que não ultrapassaram o quinto ano do Ensino Fundamental e alguns aspectos se mostraram relevantes no âmbito fonético, podendo ser classificados como marcas da fala regional, em certos casos, já popularizadas no Português do Brasil:

- Abertura das vogais /e/ e /o/: elefante → **ElE**fante; colégio → **cOl**égio.
- Alçamento das vogais /e/ e /o/ : ferida – firida, gordura → **gurdura**.
- Redução dos ditongos decrescentes /ei/ e /ou/ : travesseiro → **travessero**, ouvido → **ovido**
- Inserção de iode [j] ou semivogal antes do som de /s/: luz → **luis**; três → **treis**.
- Ausência da vogal inicial: aftosa → **fitosa**; advogado → **divogado**.
- Neutralização entre /i/ e /u/: umbigo → **imbigo**
- Desnasalização do ditongo final –em: homem → **homi**
- Variação de acento: ruim → ru[**i**]m
- Aspiração da fricativa s: mesmo → **mermo**
- Acréscimo de i após /s/: três → **treizi**
- Síncope das proparoxítonas: lâmpada → **lâmpra**; fósforo → **fosfo** → **fosko**
- Assimilação do d no grupo nd: dormindo → **dormino**
- Troca de v por b: varrer → **barrer**
- Aspiração da lateral l: almoço → **armoço**
- Troca de b por v: assobio → **assovio**
- Troca de acento: vômito – **vomito**
- Metátese: prateleira → **parteleira**; fervendo → **frevendo**
- Haplologia: liquidificador → **licficador**
- Sândi: Santo Antônio → **santantônio**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que a variação regional-popular na Língua Portuguesa falada no Brasil é calcada em preconceitos e estigmas, haja vista a existência de estereótipos decorrentes da supervalorização da norma culta, cujo prestígio está relacionado tanto às classes



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

sociais e culturalmente influentes quanto às regiões desenvolvidas do país. Isso também pode ser observado na fala de Pernambuco, por possibilitar imitações seja por causa de sua pronúncia ‘arrastada’, seja por suas características fonéticas.

Cabe, pois, aos professores de Língua Portuguesa a consciência de que a manutenção de uma linguagem quer delimitada diatopicamente, quer influenciada por veios diastráticos é necessária para quebrar a hegemonia responsável pela predominância da forma culta, não para limitá-la, mas para a aplicação conjunta, resultando numa espécie de “bidialetalismo” ou até “multidialetalismo” na escola.

O estudo da variação social ou regional pode ser tratado em sala de aula concomitantemente tanto no nível fonético, quanto lexical. Isso, portanto, deve ser uma tarefa imediata, a depender da região onde se trabalhe e das características sociais do aluno, considerando, é claro, sua história e seu contexto familiar.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci et al. (Org.). **Documentos 1. Projeto Atlas Linguístico do Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2004.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Variantes diatópicas e diastráticas na língua portuguesa do Brasil. **Graphos**. João Pessoa, Vol. 12, N. 2, Dez./2010.

BITTENCOURT, Agueda B. “Como será a educação da próxima geração.” In: **Folha** [Sinapse].Folha de São Paulo, 26 de julho de 2003, p. 10.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. A Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?. **Revista do GELNE** (UFC), Fortaleza, v. 4, n.1/2, p. 215-223, 2006.

CHAMBERS, Jack K. & TRUDGILL, Peter J. **Dialectology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FISCHER, John L., Social Influences on the Choice of a Linguistic Variant, **Word** 14: 47-56. 1958.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

GAUCHAT, L. L'unité phonétique dans le patois d'une commune. Halle. 1905. In: LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1972.

HUDSON, Richard A. **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

LABOV, William, WEINREICH, Uriel & HERZOG, Marvin. Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística. Tradução para o Português de "**Empirical foundations for a theory of language change**" (1968), organizada por Marcos Bagno. São Paulo. Editora Parábola. 2006.

_____. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. IN LOBATO, L. (org.). **Sociolinguística e ensino de vernáculo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978, p. 60-94.

MILROY, Lesley & GORDON, Matthew. **Sociolinguistics: method and interpretation**. Oxford: Blackwell, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Para Compreender Labov**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000.

SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolinguística**. Teoria y análisis. Madrid: Editorial Alhambra, 1989.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. Série Princípios, São Paulo: Ática. 1986.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística variacionista: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2004.